



**SMART ENERGIA**

**SMART ENERGIA LTDA**

Avenida Raja Gabaglia, 1093, Sala 701, Luxemburgo, Município de Belo Horizonte – MG | Cep 30.380-403

**CNPJ:** 41.864.934/0001-59 | **INSC. MUN.:** 1.304.553/001-9

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A)  
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO/MG

**Processo nº:** 91/2021  
**Modalidade:** Pregão nº 70/2021  
**Forma:** Presencial  
**Tipo:** Menor Preço por Item.  
**Sessão Pública:** 16 de agosto de 2021 às 09:00 horas.

**URGENTE**

A **SMART ENERGIA LTDA.**, sociedade empresária limitada unipessoal, inscrita no CNPJ sob o nº 41.864.934/0001-59, sediada na Avenida Raja Gabaglia, 1093, Sala 701, Luxemburgo, Município de Belo Horizonte – MG, Cep 30.380-403, neste ato devidamente representada na forma de seu Contrato Social, doravante denominada “Impugnante” vem, respeitosamente, apresentar

## **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

pelos motivos de fato e direito que adiante passa a expor:

### **1. DA ADMISSIBILIDADE E TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO**

Conforme determina o item 11. do Edital, eventuais Impugnações devem ser realizadas pelos licitantes até o segundo dia útil anterior à data da abertura das propostas:

*“11.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá peticionar por escrito contra o ato convocatório.” GN*

Assim, considerando que a sessão pública para abertura dos envelopes está prevista para ocorrer em **16/08/2021** (segunda-feira), temos que, protocolada na presente data, plenamente tempestiva a presente impugnação, motivo pelo qual requer seja conhecida e regularmente processada.

---

**SMART ENERGIA LTDA**

Avenida Raja Gabaglia, 1093, Sala 701, Luxemburgo, Município Belo Horizonte – MG.  
Cep 30.380-403



## **2. DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO EDITAL**

O edital de Pregão nº 70/2021, doravante denominado simplesmente “Edital”, se refere a processo licitatório promovido pela Prefeitura Municipal de Monte Carmelo/MG.

O objeto da Licitação é a “*Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Engenharia na Elaboração de Projetos Luminotécnicos de Vias Públicas e Consultoria para Formulação de Proposta para Chamada Pública do PROCEL RELUZ 2021, solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo/MG, compreendendo os Serviços Constantes no Anexo I – Termo de Referência. Para Participação Exclusiva das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas*”, conforme extraído do Edital.

A **Impugnante** é empresa de engenharia e tem interesse em participar do certame, sendo certo que preenche os requisitos do item 10 do Edital, bem como presta os serviços necessários para o cumprimento do objeto da licitação.

Após minuciosa análise do Edital pela **Impugnante**, bem como de seus documentos Anexos, conclui-se que, *data vênia*, **há aspectos técnicos que necessitam de adequação**, para que o certame atenda plenamente à legislação aplicável, principalmente a Constituição da República e a Lei 8.666/93 e atenda ao entendimento jurisprudencial do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG).

Conforme se passará a demonstrar, a necessidade de ajuste do Edital e seus Anexos nos termos desta Impugnação é imperiosa, sob pena de trazer prejuízos irreparáveis aos licitantes e aos interesses do município de Monte Carmelo/MG, afetando, assim, o princípio da ampla concorrência, uma vez que traz em seu esboço, indícios de irregularidades na aplicação de dispositivos das leis de incidência que maculam todo o certame, conforme adiante se demonstrará.

### **2.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - EQUIPE TÉCNICA (QUADRO DE FUNCIONÁRIOS)**



Em uma das diversas exigências do Instrumento Convocatório, é possível constatar indícios de irregularidade acerca da qualificação técnica, dentre elas, a necessidade de comprovação, por parte das licitantes, que apresentem no quadro de funcionários no mínimo 01 (um) Profissional CMVP-EVO, **detentor do Certificado Certified Measurement & Verification Professional - Efficiency Valuation Organization, que será responsável pelos relatórios de Medição e Verificação – M&V.**

Cabe ressaltar que a Administração Pública deve procurar sempre o fim público, respeitando todos os princípios basilares da licitação e dos atos administrativos, mormente o da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo.

Tais princípios norteiam essa atividade administrativa, impossibilitando o administrador de fazer prevalecer sua vontade pessoal, e impõem ao mesmo o dever de pautar sua conduta segundo as prescrições legais e editalícias.

Aliás, este é o ensinamento da Lei nº 8.666/93, que prescreve, in verbis:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade**, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”. **GN**

Assim, cumprirá ao edital traçar em seu corpo, dentre outras diretrizes, aquelas imprescindíveis à aferição da habilitação dos licitantes, de forma que, uma vez preenchidos, presumir-se-á a aptidão do licitante para executar o contrato. Somente desta forma será garantido um julgamento objetivo e sonômico, sem deixar margens a avaliações subjetivas.

Cabe a entidade licitante a obrigação de só exigir os documentos previstos nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, que não preveem a demonstração dos sistemas.

Noutro passo, a licitação pública não é o meio adequado para tal propósito. Por intermédio dela a Administração deve se preocupar em selecionar a proposta efetivamente mais vantajosa ao Poder Público.



A redação do caput do artigo 30 da Lei nº 8.666/93 é unívoca ao prescrever que a documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á**. Portanto, o raciocínio é linear, não se pode exigir outros documentos afora os prescritos nos incisos e parágrafos do artigo 30, da Lei nº 8.666/93. Com efeito, o vocábulo "limitar-se-á" é categórico, com força excludente. Isto é, sob pena de se adotar interpretação *contra legem*, é de se reputar inválida qualquer exigências tocantes à qualificação técnica que não tenha sido prevista no rol dos artigos 30, da Lei nº 8.666/93.

A doutrina, em uníssono, perfilha tal entendimento. Entre vários autores, JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR verbera:

"As cabeças dos arts. 30 e 31 (qualificação técnica e econômico-financeira) fazem uso do modo verbal **'limitar-se-á'**, o que significa que, em cada caso, o respectivo ato convocatório não poderá exigir documentos além daqueles mencionados nos artigos, que demarcam o limite máximo de exigência, mas poderá deixar de exigir os documentos que, mesmo ali referidos, considerar desnecessários para aferir as qualificações técnica e econômico-financeira satisfatórias, porque bastarão à execução das futuras obrigações que se imporão ao licitante que surtir vencedor do torneio (...)"  
**GN**

Ainda no que toca às generalidades dos documentos exigíveis na fase de habilitação, sublinhe-se que o ato convocatório padecerá de vício de ilegalidade se exigir qualquer documento, por mais plausível que pareça, imprevisto nos arts. 27 a 31." (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Op. cit. p. 323 - 324).

Ou seja: pelo vocábulo **limitar-se-á** deve ser entendido que a documentação constante no rol dos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93 é a documentação máxima a ser exigida. Não se pode exigir além daquilo. Como não se encontram previstas no rol dos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, tais demonstrações não podem ser exigidas em licitação.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União manifestou-se nos seguintes termos:

"[...] as exigências contidas no art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993, são do tipo *numerus clausus*, ou seja, encontram-se esgotadas naquele dispositivo, sendo defeso, aos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, inovar. [...] (TCU, Decisão n. 739/2001, Plenário, Rel. Min. Ubiratan Aguiar, DOU de 26.9.2001) Dita o art. 30 da Lei n. 8.666, de 1993, que: **Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á** a: I - registro ou inscrição na entidade profissional competente; II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem



como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. (os grifos não constam nos originais)” **GN**

A documentação necessária à habilitação em processos licitatórios deve se limitar ao rol fixado entre o artigo 28 e 31 da Lei de Licitações.

Ainda que considerado forma análoga por essa administração como critério essencial, ainda que não incluído no rol das exigências tratadas no art. 30 da Lei n. 8.666, de 1993, tal exigência representaria rigor exagerado na taxação das exigências edilícias, restringindo substancialmente a competitividade do certame e pode até mesmo configurar em um “eventual direcionamento” do mesmo, o que certamente deve ser repulsado da conduta pública, cenário que se agrava quando se constata que tal exigência não é justificável, tendo em vista que tal qualificação/certificação, em nada tem haver com o objeto da licitação, não guardando nenhuma proporção tal exigência ao Objeto Licitado, devendo o respectivo item ser removido do instrumento convocatório, sob pena de ferir os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

## **2.2. DAS INCONSISTÊNCIA DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Sobre a fase preparatória do Pregão dispõe o Art. 3º da Lei nº 10.520/2002, com destaque aos incisos I e II:

I – a autoridade competente justificará a necessidade de contratação definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, **inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;**

II – **a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas as especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;** [...].

Sobre o Termo de Referência, temos que:

**I – a definição do objeto deverá ser precisa, suficientemente clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou**



frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência;

II – o termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição os métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato; [...].

Desta forma o Termo de Referência é o documento em que o requisitante esclarece aquilo que realmente precisa, trazendo a definição do objeto e elementos necessários à sua perfeita contratação e execução.

O Termo de Referência, por ser um dos documentos mais importantes da fase interna ou preparatória da contratação, deve ser precedido de planejamento. Antes de elaborar o Termo de Referência ou Projeto Básico, o “setor requisitante” deve planejar a contratação, **pois o planejamento visa otimizar o dispêndio dos recursos públicos, garantindo a aquisição com qualidade, o aumento da competitividade e a redução dos gastos públicos.**

A GCE do estado da Paraíba em 2019 realizou um Workshop na II – Semana Estadual do Controle Interno, onde foram abordados diversos temas, dentre eles “as Deficiências do Termo de Referência identificadas na fase de avaliação de conformidade pela CGE”, ao qual apontou as deficiências mais frequentes, sendo elas:

- Ausência de previsão de garantia, quando necessário;
- Ausência de previsão de serviço de instalação e capacitação, quando necessário;
- Ausência de definição de local de instalação dos equipamentos, quando envolver serviço de instalação;
- **Prazos incompatíveis com o objeto:**
  - **Prazo de entrega insuficiente ou demasiado (ocasionar aditivos desnecessários ou comprometer a execução de programa/atividade);**
  - Prazo de recebimento extenso (influenciar negativamente no preço)

Dito isso, imperioso ressaltar que o PROCEL Reluz em seu edital de Chamada Pública PROCEL Reluz – 01/2021, definiu os critérios para aplicação dos recursos e procedimentos necessários estabelecidos no Terceiro Plano de Aplicação de Recursos – 2020/2021 do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel (PAR-2020/2021), aprovado em 07/07/2020, cujo documento está disponível para consulta no site do Ministério de Minas e Energia ([www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)) na aba “Conselhos e Comitês – CGEE”, sendo por certo que todos os eventuais interessados deverão seguir por via de regra todos os critérios estabelecidos.



Desta forma, após minuciosa análise do Edital e Termo de Referência, identificamos vários pontos conflitantes ao edital de Chamada Pública PROCEL Reluz – 01/2021 da Eletrobrás, insta salientar que o objeto da presente licitação do Município de Monte Carmelo/MG é a *“Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Engenharia na Elaboração de Projetos Luminotécnicos de Vias Públicas e Consultoria para Formulação de **Proposta para Chamada Pública do PROCEL RELUZ 2021**, solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo/MG, compreendendo os Serviços Constantes no Anexo I – Termo de Referência”*, desta forma não restam dúvidas que os serviços executados deverão ser realizados a estrita observância ao edital de Chamada Pública PROCEL Reluz – 01/2021 da Eletrobrás, desta forma, de forma análoga ao externado acima, identificamos as seguintes inconsistências: **(A) Prazo para entrega dos serviços incompatíveis; (B) Insuficiente na quantidade de pontos que se objetiva contratar e (C) Apresentação de itens que não fazem parte dos critérios estabelecidos no edital de Chamada Pública PROCEL Reluz – 01/2021**, aos quais discorremos a seguir:

#### **(A) Prazo para entrega dos serviços incompatíveis**

A Eletrobrás através do seu edital de chamada pública, consequentemente alterado pela Retificação IV (incluído em 23.07.2021), estabeleceu o seguinte calendário de atividades:

Etapa	1ª FASE: HABILITAÇÃO e 2ª FASE: CLASSIFICAÇÃO	Data
1.	Abertura da Chamada Pública.	31/05/2021
2.	17h (Horário de Brasília) - Prazo limite para entrega das propostas.	31/08/2021
3.	Divulgação das propostas recebidas dentro do prazo regular.	03/09/2021
4.	Divulgação das propostas habilitadas e lista de classificação preliminar.	04/10/2021
5.	Início do prazo para interposição de recursos.	04/10/2021
6.	17h (Horário de Brasília) - Prazo limite para interposição de recursos.	11/10/2021
7.	Divulgação do resultado dos recursos interpostos e da lista de classificação final das propostas que estão aptas a prosseguir para a 3ª fase.	18/10/2021

Figura 1 - Calendário de atividades PROCEL RELUZ CP 2021.

O item 3.4 do Termo de Referência elaborado pela Prefeitura de Monte Carmelo/MG, estabeleceu como prazo máximo para entrega dos Projetos no Padrão do PROCEL Reluz chamada





pública 2021, de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e emissão da autorização de serviços emitida pela secretaria solicitante, vejamos:

3.4 – O prazo para entrega dos serviços, ou seja, apresentação dos projetos, deverá ser de no máximo 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e emissão da autorização de serviços emitida pela secretaria solicitante.

Estando assim a sessão pública agendada para o dia 16/08/2021 às 9hrs, considerando ainda eventuais fases internas e externas obrigatórias ao processo licitatório público, ao qual destacamos: “Recursos, contrarrazões, publicações oficiais, adjudicação e homologação”, por óbvio o prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e emissão da autorização de serviços emitida pela secretaria solicitante **se demonstra totalmente insuficiente e demasiado, comprometendo a execução das atividades/projetos, a ponto de causar dispêndio dos recursos públicos, e eventuais danos ao erário, pois extrapolaria o prazo máximo determinado pelo calendário da Chamada Pública PROCEL Reluz – 01/2021 da Eletrobrás.**

**(B) Insuficiente na quantidade de pontos que se objetiva contratar**

Como dito acima o Termo de Referência deve conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração e pelo Licitante, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado.

Como é de notório conhecimento, o edital de Chamada Pública PROCEL Reluz – 01/2021 da Eletrobrás, trata de forma exaustiva que a apresentação da proposta/projeto deverá ser realizada a partir do número total de pontos de iluminação pública eficientizados na proposta, sendo pôr fim a única unidade tangível em planilha orçamentaria para definição do que a administração pública objetivasse a contratar.

Desta forma, a Prefeitura de Monte Carmelo, ao definir o orçamento detalhado apenas utilizou a unidade 01, o que infere que seja VB, porém, sem a quantidade real quantidade de número do total de pontos de iluminação pública que se deseja eficientizar, conforme planilha extraída do respectivo instrumento convocatório:





ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTD	VALOR UNITARIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL
01	Prestação de Serviços de Engenharia na Elaboração de Projetos Luminotécnicos de Vias Públicas e Consultoria para Formulação de Proposta para Chamada Pública do PROCEL RELUZ 2021	SE	01	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00

Concluiu-se que a planilha orçamentaria não foi capaz de fornecer os elementos de forma a propiciar a avaliação do custo pela Administração e pelo Licitante, diante de um orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, sendo insuficiente para compreender o que se objetiva contratar.

**(C) Apresentação de itens que não fazem parte dos critérios estabelecidos no edital de Chamada Pública PROCEL Reluz – 01/2021**

O Termo de Referência, parte integrante do presente Instrumento convocatório, em seu item 3, subitens 3.3.8, 3.3.9, 3.3.10, 3.3.11 e 3.3.12, trazem a público os serviços que devem ser executados e apresentados no âmbito da contratação da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo/MG, vejamos:

“3.3 – A empresa Contratada deverá apresentar os seguintes serviços e projetos:  
 3.3.6 - Pesquisa de preço através de, no mínimo, 3 (três) orçamentos: Aquisição de Luminárias LED;  
 3.3.8 - Pesquisa de preço através de, no mínimo, 3 (três) orçamentos: Aquisição Equipamentos Auxiliares;  
 3.3.9 - Pesquisa de preço através de, no mínimo, 3 (três) orçamentos: Contratação de Serviços de Consultoria em Engenharia;  
 3.3.10 - Pesquisa de preço através de, no mínimo, 3 (três) orçamentos: Contratação de Serviços de Medição e Verificação (M&V);  
 3.3.11 - Pesquisa de preço através de, no mínimo, 3 (três) orçamentos: Contratação de Serviços de Mão de Obra para Substituição de Luminárias, inclusive transporte;  
 3.3.12 - Pesquisa de preço através de, no mínimo, 3 (três) orçamentos: Contratação de Serviços de Descarte de Materiais.”

Por sua vez, o edital de Chamada Pública PROCEL Reluz – 01/2021 da Eletrobrás, traz em seu item 24.2 os itens orçamentários que deverão compor o orçamento do projeto que deverá ser apresentado a Eletrobrás, vejamos:

Os 46 itens orçamentários disponíveis para composição do orçamento do projeto possuem seus custos unitários (R\$) fundamentados e referenciados em sistemas públicos oficiais de preços, cujos valores unitários encontram-se incorporados ao “Arquivo Eletrônico com as Informações do Projeto”.

**Desta forma, diferente de outras edições da Chamada Pública, não será necessário o proponente encaminhar orçamentos de materiais e/ou serviços junto**



com a proposta. Desta vez, basta o proponente informar no “Arquivo Eletrônico com as Informações do Projeto” o item de material e/ou serviço que deseja incorporar ao projeto, e, automaticamente, serão apresentados o custo unitário (R\$) e o custo total (R\$) referente ao item escolhido.

Sendo assim, o proponente deverá indicar no “Arquivo Eletrônico com as Informações do Projeto” todos os itens de materiais e serviços que deseja incorporar a seu projeto, assim como suas respectivas quantidades. No final do processo o proponente encontrará na planilha “Custos Totais” o resumo do orçamento estabelecido para a execução do projeto.

Desta forma, concluiu-se que as exigências requeridas pela Prefeitura de Monte Carmelo, nada se assemelha aos itens exigidos no edital de Chamada Pública PROCEL Reluz – 01/2021 da Eletrobrás, sendo líquido e certo que Termo de Referência se demonstra insuficiente, incluindo especificações excessivas, irrelevantes e desnecessárias, e que limita e frustra a competição ou a realização do fornecimento. Imperioso ressaltar mais uma vez, que o objeto da presente contratação é a **“Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Engenharia na Elaboração de Projetos Luminotécnicos de Vias Públicas e Consultoria para Formulação de Proposta para Chamada Pública do PROCEL RELUZ 2021, solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo/MG, compreendendo os Serviços Constantes no Anexo I – Termo de Referência”**, desta forma não restam dúvidas que os serviços executados deverão ser realizados a estrita observância ao edital de Chamada Pública PROCEL Reluz – 01/2021 da Eletrobrás, devendo o edital da prefeitura de Monte Carmelo se adequar as especificidades inerente ao objetivo fim da contratação ao qual o município busca na contratação.

### **3. DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, requer o conhecimento desta Impugnação, julgando-a **TOTALMENTE PROCEDENTE** para retificar o edital de licitação impugnado para:

- 1) Que sejam reparadas todas as falhas apontadas quanto ao Edital e seus anexos, listados no corpo desta impugnação e que seja aberto novos prazos para cumprimento do estabelecido no edital, conforme se expressa na própria lei.
- 2) Que a sessão pública designada seja **suspensa**, até que as readequações solicitadas sejam implementadas;



**SMART ENERGIA**

**SMART ENERGIA LTDA**

Avenida Raja Gabaglia, 1093, Sala 701, Luxemburgo, Município de Belo Horizonte – MG | Cep 30.380-403

**CNPJ:** 41.864.934/0001-59 | **INSC. MUN.:** 1.304.553/001-9

- 3) Disponibilização da cópia integral do respectivo processo licitatório (Fase interna e externa), para futura discussão do tema junto ao Tribunal de Contas do estado de Minas Geras e/ou Tribunal de Justiça do estado de Minas Gerais.
- 4) Em caso de negativa de alteração ao edital, pede-se que a Comissão de Licitação se manifeste **expressamente** quanto a **todas as matérias** tratadas nessa Impugnação, para que seja possível eventual questionamento junto às autoridades superiores.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 11 de agosto de 2021.

**BÁRBARA MICHELE CLAUDINA SOARES**

**SMART ENERGIA LTDA**

**CNPJ 41.864.934/0001-59**

---

**SMART ENERGIA LTDA**

Avenida Raja Gabaglia, 1093, Sala 701, Luxemburgo, Município Belo Horizonte – MG.  
Cep 30.380-403